

LANÇAR A REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Relatório Síntese

Grupo de Trabalho: Isabel Veiga (coordenação) Cristina Barroso José António Calixto Teresa Calçada Teresa Gaspar

Grupo de Trabalho criado pelos despachos conjuntos n.º 43/ME/MC95 de 29 de Dezembro e n.º 5 ME/MC/96, de 9 de Janeiro

Lisboa 1996

As opiniões emitidas nesta obra são da responsabilidade dos respectivos autores e não vinculam o Ministério da Educação.

Biblioteca Nacional — Catalogação na Publicação

Veiga, Isabel, 1950-

Lançar a rede de bibliotecas escolares: relatório síntese

ISBN 972-729-018-3

CDU 027.8 (469) 021.64 (469)

LANÇAR A REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES — RELATÓRIO SÍNTESE Grupo de Trabalho criado pelo Despacho Conjunto n.º 5/ME/MC/96, de 9 de Janeiro

Coordenação:

• Isabel Veiga Cristina Barroso José António Calixto Teresa Calçada Teresa Gaspar

© Edição do Ministério da Educação

Tiragem: 5000 exemplares 2.ª Edição: Setembro 2001 Depósito Legal n.º 107 880/97 ISBN 972-729-018-3

Capa: André Clemente



ÍNDICE

3.

Introdução 7

Bibliografia 29

Princípios Gerais 11

Bases das Bibliotecas Escolares 13

3.1. 3.2.	Definição e princípios gerais 13 Condições de instalação e funcionamento 14	
4.	Linhas de Orientação Técnica e Funcional 17	
4.2. 4.3. 4.4. 4.5.	Recursos Humanos e Formação /8 Instalações e Equipamentos /9 Recursos Documentais 23 Funcionamento e Animação 24 Gestão e Apoio da Rede de Bibliotecas Escolares 25 Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares 26	
5.	Lançamento do Programa Rede de Bibliotecas Escolares	2

1. INTRODUÇÃO

A criação de uma rede de bibliotecas escolares, agora assumida como política articulada pelos Ministérios da Educação e da Cultura, visa responder a uma necessidade sucessivamente enunciada, pelo menos desde meados do século passado, quer em textos oficiais, quer na imprensa, quer ainda em estudos sobre práticas culturais e sobre educação. Hoje, num mundo em que a informação e o conhecimento científico e tecnológico se produzem a um ritmo acelerado e em que é indispensável formar pessoas capazes de acompanhar a mudança, cabe às escolas e às suas bibliotecas a função essencial de criar e desenvolver nos alunos competências de informação, contribuindo assim para que os cidadãos se tornem mais conscientes, informados e participantes, e para o desenvolvimento cultural da sociedade no seu conjunto.

Nas últimas décadas as bibliotecas escolares portuguesas têm sido designados por uma multiplicidade de termos: Bibliotecas, Mediatecas, Centros de Documentação e Informação (CDI), Centros de Recursos Educativos (CRE), Centros de Informação Multimédia, etc. Em princípio, cada um destes termos deveria ser empregue para corresponder a um conceito e uma realidade determinada. No entanto, verifica-se que isto não acontece e que a escolha da designação tem sido com frequência um pouco arbitrária. Esta diversidade reflecte, por um lado, falta de intervenção a nível central e, por outro, o dinamismo e a autonomia das equipas pedagógicas das escolas que têm conseguido encontrar recursos e criar diferentes tipos de soluções para responder às necessidades que enfrentam.

As bibliotecas escolares devem constituir recursos básicos do processo educativo, sendo-lhes atribuído papel central em domínios tão importantes como a aprendizagem da leitura, a literacia, a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura, as competências de informação e o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística.

Estudos sobre literacia tem vindo a demonstrar que existe uma relação estreita entre a acessibilidade a espaços e recursos de leitura e o nível de desempenho dos alunos¹. Verifica-se também que e nos países com tradição no domínio das bibliotecas escolares e das bibliotecas públicas que os hábitos de leitura

¹ Sim-Sim, I. e Ramalho, G., Como Lêem As Nossas Crianças? Caracterização de nível de literacia da população portuguesa, Lisboa, GEP, Ministério da Educação, 1993.

Elley, B. Warwick, *How in the world do students read? IEA Study of reading Literacy*, The International Association for the Evaluation of Educational Achievement, 1992.

da população se encontram mais enraizados, sendo também esses países que registam níveis mais elevados de desenvolvimento cultural e científico².

Considera-se, portanto, que a criação de uma rede de bibliotecas poderá constituir uma medida essencial da política educativa e que cada biblioteca deverá ser entendida como um centro de recursos multimédia de livre acesso, afirmando-se como um centro de iniciativas inseridas na vida pedagógica da escola e aberto à comunidade local.

Nesta perspectiva, cada biblioteca deverá tornar-se um núcleo da vida da escola, atraente, acolhedor e estimulante, onde os alunos:

- i) se sintam num ambiente que lhes pertence e se habituem a considerar o livro e a informação como necessidades do dia-a-dia e como fontes de prazer e de desenvolvimento pessoal;
- ii) tenham acesso à informação e ao conhecimento, através de grande diversidade de livros, jornais, revistas. materiais audiovisuais e tecnologias de informação;
- iii) possam descobrir e alimentar o prazer de ler e de se informarem recorrendo a fontes documentais disponíveis nos mais variados tipos de suportes;
- iv) possam estudar e encontrar com facilidade fontes documentais, se habituem a seleccionar e gerir informação para realizarem actividades curriculares (individualmente ou em grupo, autonomamente ou com apoio docente e de técnicos especializados);
- v) adquiram competências e autonomia no domínio da informação escrita, digital e multimédia e produzam documentos em suportes e linguagens diversificadas.

Deve também ser um lugar onde os professores:

vi) se sintam num ambiente que lhes pertence e adquiram o hábito de tomar iniciativas e participar na sua animação, actualização e enriquecimento;

- vii) encontrem informação variada, utilizável no seu trabalho docente e possam requisitar livros e outros documentos nos mais variados tipos de suportes para as actividades da sala de aula;
- viii) recolham sugestões, ideias e materiais que os inspirem e apoiem no seu trabalho docente e no ajustamento aos alunos e às turmas;
- ix) possam recorrer ao professor bibliotecário, ao técnico adjunto de biblioteca e documentação ou a outros professores da equipa para debater modalidades de incentivar nos alunos o prazer de ler e a aprendizagem centrada na procura autónoma de informação;
- x) possam encaminhar os seus alunos para que ali realizem actividades de estudo ou de ocupação de tempos livres.

Deve ainda ser um lugar onde todos encontrem registos de memória da escola e do seu meio envolvente, através de documentos ali produzidos, contribuindo assim para reforçar a identidade da escola e da comunidade local.

Ao propor-se o lançamento deste programa pretende-se apoiar e orientar o desenvolvimento de novas bibliotecas e também permitir que as equipas responsáveis por experiências de sucesso em tantas escolas portuguesas venham a encontrar melhores condições para prosseguirem o seu trabalho.

² Rapport Mondial sur Developpement Humain: 1994, Programe des Nations Unies pour le développement, Paris, Ed. Economica, 1994.

2. PRINCÍPIOS GERAIS

A necessidade de desenvolver nos alunos competências no domínio da selecção, tratamento, produção e difusão da informação deve constituir um dos principais objectivos de toda a aprendizagem, qualquer que seja a disciplina ou ano de estudo. Para atingir este objectivo é preciso proceder a mudanças efectivas nas estruturas existentes (espaços, organização pedagógica), nos comportamentos dos professores (em relação aos conteúdos e métodos de ensino) e dos alunos (relação com o saber, tarefas e processos de trabalho), com o fim de criar situações que promovam o prazer de ler, de escrever e de investigar.

É esta a principal finalidade de um programa de desenvolvimento das bibliotecas escolares que vise dotá-las de espaços, equipamentos, gestão e pessoal adequados às suas funções, de acordo com critérios técnico-documentais e pedagógicos.

A definição destes critérios deve ter em conta os conhecimentos e práticas adquiridos pelas experiências realizadas em Portugal e em outros países, de acordo com as seguintes orientações estratégicas:

- Pretende-se que exista uma especialização funcional dos espaços, dos equipamentos, do pessoal, da gestão e das actividades da biblioteca, sendo contudo de evitar soluções que conduzam à sua autonomização e marginalização. A biblioteca deve antes ser entendida como uma unidade orgânica da escola e o planeamento das suas actividades, embora ajustado à especificidade das suas funções, estará integrado no planeamento global da escola e no seu projecto educativo. Neste sentido, a actividade da biblioteca não se confina aos seus limites físicos e temporais, mas deve poder estender-se a todos os espaços e tempos lectivos e não-lectivos (sala de aula, sala de convívio, domicílio dos alunos, etc.).
- A especialização e qualificação técnica das bibliotecas escolares exige um conjunto de meios que muitas vezes excedem a capacidade das escolas individualmente consideradas. Esta é uma das primeiras razões para que as bibliotecas de diferentes estabelecimentos de ensino se articulem em rede, potenciando os seus recursos próprios e complementando as suas actividades. Para além disso, é desejável que a ligação em rede não fique confinada às escolas e acompanhe a evolução das políticas educativas que procurem fazer do estabelecimento de ensino um equipamento

- integrado com outros equipamentos sociais da localidade. Nessa ligação a outras equipamentos sociais é de privilegiar a biblioteca pública, que deve incluir uma função de "serviço de apoio às bibliotecas escolares".
- O desenvolvimento da biblioteca escolar (de acordo com estes princípios) deve ser entendido como uma inovação organizacional que, potencialmente, afecta o conjunto do estabelecimento de ensino, quer no seu funcionamento interno quer na sua relação com o contexto local. Neste sentido, toda e qualquer mudança da biblioteca de uma escola não pode ser dissociada de um projecto pedagógico que vise estabelecer novas formas de relação com o saber, novas modalidades de estruturar as situações de aprendizagem dos alunos e dos processos de formação dos professores. A transformação da biblioteca escolar pode ter um efeito indutor na mudança da escola em geral. Mas essa transformação não pode ser imposta normativamente do exterior; terá de corresponder a uma necessidade da própria escola, pelo menos dos sectores mais inovadores e dinâmicos, e em particular dos seus órgãos de gestão.
- Como acontece com a maioria das situações inovadoras vividas com êxito nos estabelecimentos de ensino, a transformação e desenvolvimento da biblioteca deverá constitui um processo "aberto" a um número indeterminado de soluções e caminhos diferentes, com ritmos e etapas também diversos. É, portanto, de evitar modelos rígidos para a organização e funcionamento das bibliotecas que marginalizem experiências já existentes ou se tornem inacessíveis para a maioria das escolas. A transformação das bibliotecas deve ser vista como um processo endógeno, estimulado e sustentado do exterior, mas que permita as margens de ajustamento necessárias para que professores e alunos se apropriem dele, de acordo com as suas necessidades e dinâmicas próprias.

3. BASES DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

As presentes bases definem princípios e linhas gerais para as bibliotecas escolares e os requisitos mínimos para espaços, fundos documentais, equipamentos, modos de funcionamento e gestão.

As bases, são definidas de modo genérico e, embora constituam um referente comum para todas as bibliotecas escolares, devem ter uma aplicação flexível, ter em conta a especificidade dos diferentes níveis de ensino e a diversidade de situações locais, e as opções já tomadas nos estabelecimentos de ensino onde se desenvolveram projectos de transformação de equipamentos existentes.

3.1. Definição e princípios gerais

O conceito de biblioteca escolar inclui os espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos (qualquer que seja a sua natureza e suporte) que constituem recursos pedagógicos quer para as actividades quotidianas de ensino, quer para actividades curriculares não lectivas, quer para ocupação de tempos livres e de lazer.

De acordo com este conceito, a biblioteca escolar deve ser concebida como um verdadeiro "centro de recursos educativos" multimédia (livros, programas informáticos, periódicos, registos vídeo e áudio, diapositivos, filmes, CD-ROM, etc.), ao dispor de alunos, de professores e, em condições específicas, de outros elementos da sociedade.

A biblioteca deve constituir-se como um núcleo da organização pedagógica da escola, vocacionado para as actividades culturais e para a informação, constituindo um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar. As suas actividades devem estar integradas nas restantes actividades da escola e fazer parte do seu projecto educativo, não devendo ser vista como um simples serviço de apoio à actividade lectiva ou um espaço autónomo de aprendizagem e ocupação de tempos livres.

Os seus objectivos essenciais são os seguintes:

• tornar possível a plena utilização dos recursos pedagógicos existentes e dotar a escola de um fundo documental adequado às necessidades das diferentes disciplinas e projectos de trabalho;

- permitir a integração dos materiais impressos, audiovisuais e informáticos e favorecer a constituição de conjuntos documentais, organizados em função de diferentes temas;
- desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação, tais como: seleccionar, analisar, criticar e utilizar documentos; desenvolver um trabalho de pesquisa ou estudo, individualmente ou em grupo, a solicitação do professor ou de sua própria iniciativa; produzir sínteses informativas em diferentes suportes;
- estimular nos alunos o prazer de ler e o interesse pela ciência, a arte e a cultura:
- ajudar os professores a planificarem as suas actividades de ensino e a diversificarem as situações de aprendizagem;
- associar a leitura, os livros e a frequência de bibliotecas à ocupação lúdica dos tempos livres.

3.2. Condições de instalação e funcionamento

Para realizar estes objectivos as bibliotecas escolares exigem que sejam garantidas um conjunto de condições mínimas:

Equipa educativa

A responsabilidade pela coordenação dos serviços da biblioteca deve estar a cargo de uma equipa que assegure as tarefas necessárias ao seu funcionamento. Esta equipa deve ser constituída por professores e técnicos interessados no projecto pedagógico das bibliotecas escolares a quem é fornecida uma formação especializada neste domínio.

Instalações adequadas

As instalações da biblioteca escolar devem ser amplas, agradáveis e bem iluminadas. A sua configuração deve respeitar requisitos técnicos de segurança e circulação e facilitar o desempenho das suas funções.

Espaços especializados

Os espaços para a biblioteca podem ser construídos de raiz ou adaptados, em função de normas específicas, e ajustados à diversidade de funções que se realizam numa biblioteca escolar. Devem ser flexíveis e articulados, de modo a induzirem a utilização integrada da diversidade de recursos de informação disponíveis, a produção de materiais por alunos e professores, a leitura informal e a animação pedagógica.

Política documental ajustada à população escolar

A plena rentabilização da biblioteca escolar (entendida como um sistema documental) é atravessada por uma dimensão técnica que condiciona o aproveitamento pleno dos recursos de informação disponíveis. Para esse fim, é necessário adoptar um conjunto de soluções fundamentadas que permitam uma correcta constituição e gestão do fundo documental tendo em conta critérios de unicidade, diversidade e quantidade.

Com o objectivo de ajustar as exigências técnicas às necessidades dos utilizadores, devem ser adoptados procedimentos simplificados mas normalizados para as bibliotecas dos diferentes níveis de escolaridade.

Dotação orçamental própria

A biblioteca escolar deve constituir um "centro de custos" do ponto de vista da gestão orçamental. No orçamento da biblioteca devem estar previstas despesas de investimento para actualização do fundo documental e dos equipamentos, despesas correntes para o seu funcionamento, bem como receitas próprias geradas por serviços prestados ou doações.

Princípios de organização e funcionamento

As funções da biblioteca escolar definem-se fundamentalmente pelas actividades que os alunos e os professores devem poder desenvolver utilizando o dispositivo documental do estabelecimento de ensino: informação, pesquisa e produção. A dimensão estratégica atribuída à biblioteca escolar convida a valorizar as aprendizagens informais, com particular incidência na criação e desenvolvimento do gosto pela leitura como actividade de lazer.

Para realizar as suas funções, a biblioteca escolar deve assegurar durante todas as horas de funcionamento da escola um serviço de apoio aos utilizadores: utilização presencial em sistema de livre acesso, empréstimo domiciliário, empréstimo para as aulas e para outros locais da escola, reprodução de documentação, etc.

Articulação em rede com outras bibliotecas

O conceito de rede de bibliotecas escolares assenta no pressuposto que cada escola deve dispor de uma biblioteca. As bibliotecas de diferentes escolas de uma mesma área geográfica devem estar articuladas em rede para permuta de documentos e actividades conjuntas de animação. O mesmo deve acontecer com a ligação entre as bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas, principalmente para recurso a serviços de apoio técnico especializado.

O princípio de integração das bibliotecas escolares numa rede local de equipamentos do mesmo tipo deve ser tido em conta na planificação e execução de programas de transformação das actuais bibliotecas para tipificação das suas características.

4. LINHAS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA E FUNCIONAL

Procurou-se traçar linhas de orientação técnica e funcional que fossem comuns para todas as bibliotecas escolares. No entanto, a diversidade de situações existentes nas escolas do país exigiu que se definissem também modalidades de aplicação conforme o tipo de escola. Para isso, agruparam-se as escolas em quatro tipos definidos em função da população escolar e dos níveis de escolaridade.

Não foram incluídas neste trabalho orientações para o lançamento de bibliotecas destinadas aos jardins de infância que deverão ser objecto de estudo e programa próprios enquadrados no âmbito do desenvolvimento da rede do pré-escolar.

QUADRO 1
TIPOLOGIA DE ESCOLAS, POR DIMENSÃO E NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

Níveis de escolaridade Número de alunos	1.º Ciclo	2.º Ciclo	2.º e 3.º Ciclos	Secundário	TOTAL
< 200	8 703	10	12	2	8 727
201-500	536	80	87	21	724
501-1000	19	76	196	110	1 125
> 1000	1	24	79	266	370
TOTAL	9 259	190	374	399	10 222

FONTE: Organização e Recursos das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico 1991/92 — GEP, 1992.

Taxas de Ocupação das Escolas Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Ensino Secundário 1991/92 — GEP, 1992.

Com base nesta tipologia criou-se um quadro de referência com quatro tipos de bibliotecas escolares (BE₁, BE₂, BE₃, BE₄) indicando as metas a atingir por cada uma no seu processo de desenvolvimento.

É ainda necessário considerar que as escolas mais pequenas do 1.º ciclo, aqui incluídas no tipo BE₁, deverão ser analisadas no seu contexto próprio, tal é a multiplicidade de dimensões existentes e a sua dispersão (55,5% das escolas do 1.º ciclo têm 1 ou 2 professores).

4.1. Recursos Humanos e Formação

Para assegurar as suas funções, a biblioteca escolar deve ser gerida por uma equipa educativa com competências no domínio da animação pedagógica, da gestão de projectos, da gestão da informação e das ciências documentais, e constituída por um professor bibliotecário, outros professores e técnico(s) adjunto(s) de biblioteca e documentação.

O professor bibliotecário coordenará a equipa e terá como principais funções assegurar o cumprimento dos padrões técnicos estabelecidos para a organização da biblioteca, relacionando as suas actividades com o projecto educativo e articulando-as com os órgãos de gestão da escola.

A equipa educativa será responsável pelo apoio e orientação dos utilizadores e pela elaboração e execução de um plano de actividades próprio.

A formação do professor bibliotecário e dos outros elementos da equipa visa a aquisição de competências em animação pedagógica, gestão de projectos, ciências documentais, gestão de recursos audiovisuais e informáticos, tratamento, divulgação e produção de informação, literatura para a infância e juventude, ilustração do livro infantil, sociologia do livro e da leitura.

O papel do técnico adjunto de biblioteca e documentação incluirá as funções de assegurar o normal funcionamento da biblioteca, apoiar os utilizadores e executar as tarefas do tratamento documental.

Os recursos humanos ao serviço das bibliotecas escolares deverão em média corresponder aos números do Quadro 2.

QUADRO 2

PROGRAMA DE BIBLIOTECAS ESCOLARES RECURSOS HUMANOS

Referências para atribuição de créditos horários a)

,	Equipa da Biblioteca	BE ₁ b) (< 200)	BE ₂ (201-500)	BE ₃ (501-1000)	BE ₄ (>1000)
1.º Ciclo	Professor Bibliotecário Outros Professores Téc. Adj. Bibliot. e Doc.	0,5 0,5 c)	1 1,5 e)	1 2 c)	
2.º e 3.º Ciclos e Secundário	Professor Bibliotecário Outros Professores Téc. Adj. Bibliot. e Doc.	0,5 — 1	0,5 0,5 1	1 1 2	1 1 3

NOTAS:

- a) A distribuição dos créditos horários ao professor bibliotecário e aos outros elementos da equipa será objecto de regulamentação no âmbito do que vier a ser disposto para a celebração de contratos-programa.
- b) Dado que neste grupo se incluem escolas muito isoladas e de dimensão variável (entre 1 e 10 turmas), será necessário estudar modalidades de trabalho que se adequem aos diferentes tipos de situações.
- c) No 1.º ciclo, deve encarar-se a hipótese de existirem técnicos adjuntos de biblioteca e documentação, Iigados às estruturas de apoio, que dêem colaboração a um conjunto de escolas.

4.2. Instalações e equipamentos

A biblioteca escolar deve dispor de instalações para sua utilização exclusiva, de fácil acesso e adequadas às suas funções, que são essencialmente as seguintes: trabalho técnico documental, serviços de referência, exposição dos documentos, circulação, produção, animação e gestão do serviço.

Para desempenhar as suas funções a biblioteca escolar deverá organizar-se em vários espaços interligados. Os principais constituem um Sector de Leitura,

Visionamento e Audição e um Sector de Produção. O Sector de Leitura, Visionamento e Audição organiza-se em três zonas: Entrada; Leitura Geral e Audiovisuais/Multimédia. São também indispensáveis a Zona de Serviços Técnicos e Zona de Armazenagem. Sempre que possível, deverá existir uma Sala Polivalente e áreas individualizadas para Trabalho de Grupo.

Em termos de áreas a atribuir aos vários espaços, tomaram-se como referência os princípios gerais estabelecidos pela UNESCO. Os cálculos foram ajustados à realidade portuguesa e assentam no pressuposto de que poderá frequentar a biblioteca ao mesmo tempo 10% da população escolar. Com base nestes cálculos foi elaborada a tabela incluída no Quadro 3.

QUADRO 3

PROGRAMA DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

SUPERFÍCIES EM M² a)

SUPERFÍCIES EM M² a)						
	BE ₁ b) (< 200)	BE ₂ (201-500)	BE ₃ (501-1000)	BE ₄ (>1000)		
Sala de leitura, visionamento e audição b)	42	75	152	227		
Zona de produção		31	66			
Sala de trabalho	42 c)	35 e)	27	35		
Gabinetes			14	14		
Armazém		30	35	47		
Sala polivalente			36	45		
Trabalho de grupo				28		
TOTAL	84 d)	171	330	495		

NOTAS: a) Os cálculos para as superfícies foram feitos para os valores mais elevados dos intervalos.

- b) Este espaço inclui zonas de entrada, leitura geral e consulta de audiovisuais multimédia.
- c) Nas BE_i a sala de trabalho incluirá a zona da produção e de armazém.
- d) Nas BE₁ de dimensão mais reduzida a superfície total poderá ser de 48 m².
- e) Nas BE₂ a sala de trabalho inclui o espaço para gabinete de trabalho.

O equipamento deve cumprir um conjunto de regras que visem os seguintes objectivos: funcionalidade, resistência e estética.

A lógica a adoptar na aquisição de sistemas informáticos decorrerá das funções e não dos equipamentos. Havendo dois tipos de funções nucleares, o acesso à informação e à gestão bibliográfica, devem ser completamente postos de parte sistemas que não respeitem normas bibliográficas básicas ou não permitam acesso a bases de dados à distância. Um princípio geral do trabalho das bibliotecas é o trabalho cooperativo e a partilha de recursos. A utilização de meios informáticos acentua a pertinência e a actualidade deste princípio, mas impõe exigências de normalização. A não utilização de sistemas com linguagens compatíveis isola a biblioteca e hipoteca definitivamente o seu desenvolvimento.

A informatização do sistema documental deverá ser integrada, abrangendo as diferentes funções da biblioteca, de que destacamos o controle do empréstimo, a aquisição, o controle de periódicos, a catalogação e a consulta de catálogos pelo público e, ainda, funções de gestão, acesso a bases de dados e a utilização de processamento de texto e de folhas de cálculo.

O equipamento indicado no Quadro 4 deve ser entendido como uma proposta indicativa para base de cálculo de grandeza; trata-se apenas de viabilizar o início de um processo de desenvolvimento, o que pressupõe reorganização dos recursos existentes, futuros investimentos e práticas de gestão que incentivem e facilitem a articulação com a sala de aula.

QUADRO 4 *PROGRAMA DE EQUIPAMENTO DE BASE*

BE ₁ (< 200)	BE ₂ (201-500)	BE ₃ (501-1000)	BE ₄ (> 1000)
-------------------------	---------------------------	----------------------------	--------------------------

Equipamento Móvel	Estantes (c/ módulos p/ material livro e não-livro) Expositor p/ periódicos Expositor p/ livros Caixa p/ álbuns Mesas Cadeiras Conjunto p/ leitura informal Painéis Carro p/ transporte de livros	50 m 1 1 1 m² variável variável 1 2	130 m 2 2 1 m² variável variável 1 4	260 m 3 3 2 m² variável variável 1 8 2	400 m 3 3 2 m ² variável variável 1 8 2
Equipamento Informático	Computador multimédia Hardware de rede Magazine (distribuidor de CD-ROM) Impressora Modem (+ linha telefónica) Monitor p/ consulta de catálogo Computador (c/ software utilitário)	1 - I 1 -	o necessário 1 1 1 1	o necessário 1 2 1 2 —	o necessário 1 2 1 2 —
Equipamento Audiovisual (Leitura vídeo)	Monitor TV Leitor vídeo Auscultadores	2 2 4	4 4 8	6 6 12	8 8 16
(Produção/vídeo)	Televisor (+ antena) Gravador vídeo Leitor vídeo Câmara vídeo Tripé	1 1 1 1 1	1 1 1 1 1	1 1 1 1	1 1 1 1 1
(Visionamento e projecção de imagem fixa)	Visor individual de diapositivos Projector de diapositivos Retroprojector	2 1 1	4 1 1	6 1 1	8 1 1
(Leitura e registo audio)	Leitor de cassetes Auscultadores Rádio leitor CD Microfone Gravador-repórter	2 2 1 1 2	4 4 1 1 4	6 6 1 1 6	8 8 1 1 8
Equipamento de Fotografia	Câmara fotográfica	2	4	6	8
Equipamento de Cópia e de Produção Gráfica	Fotocopiadora Mesa de luz Guilhotina Encadernadora manual Máquina de plastificação	1 1 1 —	1 1 1 1	1 1 1 1	1 1 1 1

Nota: O único equipamento exclusivo da biblioteca é o que se designa por "Equipamento Móvel"; os restantes, embora devendo estar afectos à biblioteca, deverão ser comuns a vários programas de renovação das escolas portuguesas.

4.3. Recursos documentais

Qualquer material que possa contribuir para o processo de aprendizagem, para o desenvolvimento cultural, estético e científico e ainda para reforçar o prazer de ler pode ser genericamente considerado como um recurso documental. A introdução da pluralidade de linguagens e de suportes na vida escolar é um vector fundamental da biblioteca que se reflecte na composição diversificada do fundo documental: livros, revistas, jornais, dossiers temáticos, conjuntos documentais, cartazes, transparências, folhetos, fotografias, videogramas, diapositivos, jogos, CDs, CD-ROMs, bases de dados on-line, Internet, etc.

A operacionalização do conceito de rede de bibliotecas escolares e a sua ligação a outras redes implica a partilha de recursos de natureza vária, incluindo os recursos documentais. Assim sendo, a política de aquisições deverá ser definida em cada escola, cabendo ao professor bibliotecário e à equipa responsabilizar-se pela sua execução, apoiando-se nos dados de gestão e na opinião dos utilizadores.

Esta política de aquisições deve considerar as especificidades de cada escola, nomeadamente em termos de número de alunos e faixas etárias, meio socioeconómico e cultural envolvente, a relação entre o currículo e os recursos e a disponibilidade financeira.

Os critérios a adoptar para a definição do fundo documental inicial, baseados em normas internacionais adaptadas à realidade portuguesa, são os seguintes:

- O fundo documental mínimo será constituído por um conjunto de documentos igual ao número de alunos da escola multiplicado por dez.
- Os materiais impressos constituirão 75% deste fundo.
- No cálculo do fundo documental não serão considerados os títulos correspondentes a manuais escolares.
- Para que cada escola atinja este fundo mínimo prevê-se um prazo de dois a quatro anos.

Para além do fundo documental inicial, a biblioteca escolar precisa de estar em permanente actualização, pelo que devem ser consideradas nos orçamentos das escolas verbas específicas para estes investimentos.

QUADRO 5

PROGRAMA DE BIBLIOTECAS ESCOLARES RECURSOS DOCUMENTAIS a)

	BE ₁ (< 200)	BE ₂ (201-500)	BE ₃ (501-1000)	BE ₄ (>1000)
Suporte escrito	1 150	2 625	5 625	7 500
Outros suportes (audiovisuais, informático)	350	875	1 875	2 500
TOTAL	1 500	3 500	7 500	10 000

NOTAS: a) No cálculo destes recursos não se incluem manuais escolares, nem documentos produzidos na própria escola.

Os numeros indicados foram obtidos seguindo-se os seguintes critérios:

4.4. Funcionamento e Animação

A biblioteca escolar deve funcionar em regime de livre acesso, para permitir e encorajar a procura autónoma de informação e a sua utilização nos mais diferentes tipos de trabalho e na leitura lúdica. Deve facultar leitura presencial, empréstimo domiciliário e empréstimo para as aulas e outros locais da escola e, sempre que possível, abrir-se à comunidade.

Para assegurar as suas funções pedagógicas, a biblioteca escolar deve ser organizada seguindo os procedimentos técnicos da cadeia documental e do tratamento da informação pelo que importa garantir os recursos humanos necessários. São desejáveis formas de trabalho que envolvam os professores, os técnicos e também os alunos na própria organização .

Existindo já por todo o país uma experiência rica de actividades de animação da leitura e da biblioteca nas suas diferentes dimensões educativas, importa utilizá-la de forma a potenciar as novas condições que irão decorrer do programa de bibliotecas escolares. Neste campo, salienta-se a necessidade de a

biblioteca criar mecanismos que estimulem os professores a integrarem os recursos disponíveis na programação de aulas e em outras actividades escolares, contribuindo nomeadamente para desenvolver nos alunos o prazer de ler e ainda para que estes adquiram o domínio das diferentes linguagens em que a informação circula.

O estabelecimento de uma rede articulada entre bibliotecas escolares deverá permitir o funcionamento cooperativo entre as bibliotecas da mesma área geográfica e de outras e de diferentes níveis de escolaridade.

4.5. Gestão e Apoio da Rede de Bibliotecas Escolares

É na escola que deve assentar todo o processo de criação, desenvolvimento e gestão da biblioteca escolar. Compete, portanto, aos órgãos de gestão assumirem a responsabilidade das iniciativas destinadas a criar e desenvolver a biblioteca, bem como de todas as decisões que visem adequá-la às suas funções, no quadro do projecto educativo da escola.

Para poderem conceber e planear o processo de desenvolvimento das suas bibliotecas, as escolas deverão dispor de um conjunto de incentivos e de apoios, proporcionados por diferentes entidades aos níveis nacional, regional e local.

A nível nacional, o Ministério da Educação assumirá a criação da rede de bibliotecas escolares como uma prioridade da política educativa, incentivando o processo de lançamento. O Ministério da Cultura proporcionará apoio técnico indispensável à execução dos programas das escolas, através dos seus serviços competentes e em estreita articulação com a Rede de Bibliotecas Municipais.

A nível regional, as entidades de apoio deverão ser as instituições de formação no que respeita à preparação específica das equipas educativas e os serviços regionais dos Ministérios da Educação e da Cultura.

A nível local, as entidades de apoio serão as Câmaras Municipais através, nomeadamente dos serviços de apoio às bibliotecas escolares e as associações de escolas, através dos seus centros de formação que intervirão tanto no que respeita ao desenvolvimento das bibliotecas como aos programas de formação das equipas educativas.

[—] Para as BE₁, BE₂ e BE₃ — multiplicou-se 10 (itens) pelo número médio de alunos, para BE₄ multiplicou-se os 10 itens pelo número mínimo.

4.6. Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares

Para rentabilizar e coordenar os recursos biblioteconómicos a nível nacional e local, e tendo em conta a experiência de outros países — e mesmo algumas já realizadas a nível nacional por bibliotecas públicas — recomenda-se a criação nas bibliotecas municipais de Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE).

O SABE, enquanto recurso técnico especializado, terá as seguintes funções:

- prestar colaboração técnica às escolas no domínio da criação, organização, gestão e funcionamento das bibliotecas escolares;
- participar na formação contínua dos profissionais envolvidos no serviço das bibliotecas escolares;
- promover a articulação das bibliotecas escolares com as outras bibliotecas, procurando formas de cooperação e rentabilização de meios.

Um conjunto de requisitos deverá ser assegurado quer pelo Ministério da Cultura quer pelas autarquias locais para o funcionamento do serviço, em termos de recursos humanos e financeiros e de instalações.

Na fase de lançamento, o SABE, dada a sua natureza inovadora e a sua articulação com serviços das Câmaras Municipais, dos Ministérios da Educação e da Cultura, deve ser encarado a título experimental para posterior avaliação e ajustamento.

5. LANÇAMENTO DO PROGRAMA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares deverá centrar-se nas escolas, pois, tal como a experiência e o estudo de processos de refomas educativas tem vindo a demonstrar, as mudanças qualitativas na actividade pedagógica só tendem a tornar-se eficazes e consistentes quando:

- as iniciativas são em grande medida da responsabilidade dos professores;
- o processo de lançamento da inovação é assumido pela direcção da escola;
- um número significativo de professores e de alunos adere às propostas e envolve-se nas actividades delas decorrentes;
- os pais dos alunos aceitam a inovação e percepcionam-na como um benefício.

O lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares será feito mediante a assinatura de contratos-programa, celebrados entre o Ministério da Educação, as Câmaras Municipais e as Escolas, nos termos dos quais serão financiadas obras, equipamentos, recursos documentais e pessoal.

Propõe-se que o Programa seja lançado em 1997 e que o primeiro ano seja encarado como um período de ajustamento à realidade das escolas, funcionando portanto em algumas regiões onde existam Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares, onde haja oferta de formação e onde haja experiências já em curso que permitam obter resultados a curto prazo e desencadear intercâmbios.

A fixação do quantitativo de escolas a envolver nos anos seguintes deverá decorrer: i) da experiência recolhida; ii) da mobilização de apoios técnicos e de formação; iii) da possibilidade de se gerar intercâmbio de saberes e experiências entre escolas; iv) das disponibilidades de financiamento.

Para que uma escola seja incluída no Programa é necessário que:

- Se disponha a assinar um contrato-programa, com base no qual poderá receber os apoios necessários à execução do programa de lançamento da Biblioteca.
- Efectue um diagnóstico da situação em que se encontra a biblioteca, tomando como referência os *Princípios e Linhas de Orientação* deste relatório.

- 3. Defina um plano de reconversão e de enriquecimento para que a biblioteca venha a atingir os quantitativos definidos nas *Linhas de Orientação*, no que respeita a instalações, equipamento, recursos humanos e fundo documental.
- 4. A direcção da escola indique o coordenador da equipa da biblioteca que assumirá as funções de professor bibliotecário que deve pertencer ao quadro de nomeação definitiva e estar disponível para frequentar um curso de formação especializada e para assumir o compromisso de se manter na escola, ao serviço da biblioteca durante um período não inferior a 3 anos.
- 5. Aceite fornecer todos os elementos informativos necessários à constituição de um banco de dados e participar na avaliação do programa.

Para selecção das escolas candidatas à assinatura dos contratos-programa, para além destas condições básicas, poderão ainda estabelecer-se alguns critérios de prioridade, como, por exemplo, o trabalho já desenvolvido neste domínio, ou associação entre escolas visando facilitar intercâmbio de experiência, rotação de fundos documentais e integração em rede dos recursos disponíveis.

Para além das escolas os outros parceiros dos contratos-programa serão as Câmaras Municipais e o Ministério da Educação que assumirá a coordenação geral, promovendo a articulação entre os diferentes parceiros.

6. BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, J. C. (org.) (1994). *A outra face da escola*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Barré, M. (1983). L'Aventure documentaire. Paris: Casterman.
- Barroso, C. (1989). *O Centro de Recursos Educativos da E. P. Marquesa de Alorna. Um caso de inovação endógena.* Separata da revista Aprender, n.º 8. Portalegre: ESEP.
- Benavente, A., Rosa, A., Costa, A. F. & Ávila, P. (1995). *Estudo Nacional de Literacia. Relatório preliminar.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).
- Calixto, J. A. (1996). *A biblioteca escolar e a sociedade da informação*. Lisboa: Caminho.
- Canário, R., Barroso, C., Oliveira, F. & Pessoa, A. M. (1994). *Mediatecas escolares. Génese e desenvolvimento de uma inovação*. Lisboa: IIE.
- Canário, R. (1996). Que futuro para as bibliotecas escolares?. Noesis, n.º 37.
- Carrol, F. L. & Beilke, P. F. (1979). *Guidelines for the planning and organization of school library resource centers*. Paris: UNESCO.
- Delannoy, J.-P. (1983). *Guia para a transformação de bibliotecas escolares*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Elley, B. W. (1992). *How in the world do student read?*. IEA Study of reading Literacy, The International Association for the Evaluation of Educational Achievement.
- Espiney, R. d' (org.) (1994). *Escolas isoladas em movimento*. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas.
- Fournier, C. & Britan, O. (1985). Créer une B.C.D. (Bibliothèque-Centre-Documentaire): Pourquoi? Comment?. Paris: Magnard.
- Freitas, E. & Santos, M. L. (1992). *Hábitos de leitura em Portugal. Inquérito sociológico*. Lisboa: Dom Quixote.

- Garraio, I. M. (1994). *Bibliotecas Escolares. Situação actual e perspectivas*. Lisboa: FPCE (dissertação de mestrado).
- Gascuel, J. (1987). *Um espaço para o livro: como criar, animar ou renovar uma biblioteca*. Lisboa: Dom Quixote.
- Gates, B. (1995). Rumo ao futuro. Lisboa: McGraw-Hill.
- Hannesdottir. S. K. (1995). What do School Librarians need ti know? Guidelines for competency requirements, *Booklet*, 3. IFLA.
- Hay, L. & Henri, J. (1995). *Leadership for collaboration: making vision work*. Paper presented at IFLA'95, Istambul.
- Library and Information Service Council. Working Party on School Library Services (1985). *School Libraries: the foundations of the curriculum* (report). London: HMSO.
- Magalhães, A. M. & Alçada, I. (1988). Ler ou não ler, eis a questão. Lisboa: Caminho.
- Magalhães, A. M. & Alçada, I. (1993). Os jovens e a leitura nas vésperas do séc. XXI. Lisboa: Caminho.
- Moura, M. J., Almeida, P. V. de, Portilheiro, J. M. & Calçada, M. T. (1986) *Leitura Pública. Rede de Bibliotecas Municipais. Relatório.* Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Nilsen, S. (1996). School Libraries in Norway encouraging independant learning. Comunicação apresentada no Encontro Nacional sobre Documentação e Informação na Escola, 1, Lisboa (policopiado).
- Perroti, E. (1986). O texto sedutor na literatura infantil. São Paulo: Icone.
- Portaria do Ministério dos Negócios do Reino, Direcção-Geral da Instrução Pública. *Diário de Lisboa*, 20 de Julho de 1866.
- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Gestão de Recursos Educativos (1992, a). *Mobiliário Escolar Programas para Escolas*. Lisboa: ME/DEGRE.
- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Gestão de Recursos Educativos (1992, b). *Programa de Espaços para Escola Básica Integrada EB* 1, 2, 3. Lisboa: ME/DEGRE.

- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Gestão de Recursos Educativos (1994, a). *Mobiliário Escolar Ensino Básico, Ensino Secundário*. Lisboa: ME/DEGRE.
- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Gestão de Recursos Educativos (1994, b). *Mobiliário Escolar: condições técnicas gerais*. Lisboa: ME/DEGRE.
- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Programação e Gestão Financeira (1995). *O estado do parque escolar. Ensaio de caracterização*. Lisboa: ME/DEPGEF.
- Portugal. Ministério da Educação. Direcção Geral da Administração Escolar (1992). *Centro de Recursos de Escola*. Lisboa: ME/D.G.A.E..
- Poulain, M. (1988). *Pour une sociologie de la lecture*. Paris: Cercle de la Librairie.
- Programme des Nations Unies pour le Déceloppement (PNUD). Rapport Mondial sur le Développement Humain 1994. Paris: Economica.
- Ray, C. (1979). Library service to schools and children. Paris: UNESCO.
- Rede de Leitura Pública Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais, 1994 (policopiado).
- Rodrigues, E. (1994). *Estudo da rede de bibliotecas escolares do Porto*. Porto: Câmara Municipal.
- Seibel, B. (1988). Au nom du livre. Analyse scociale d'une profession: les bibliothécaires. Paris: La Documentation Française.
- Sim-Sim, I. & Ramalho, G. (1993). *Como lêem as nossas crianças?*. Lisboa: GEP/Ministério da Educação.
- Universidade do Minho. Instituto de Educação (1993). Ler na escola. As bibliotecas escolares dos distritos de Braga e Viana do Castelo: relatório de actividades. Braga: Instituto de Educação (policopiado).

A Colecção «Educação para o Futuro» foi criada para divulgar junto do universo educativo o resultado de reflexões e opiniões de personalidades de reconhecido mérito e de grupos de trabalho constituídos pelo Ministério da Educação para analisar situações específicas do Sistema Educativo.

Insere-se na perspectiva que um conhecimento acrescido da realidade em que vivemos e uma partilha aberta e plural da experiência de cada um e de todos só poderão abrir caminhos para uma melhor Educação.

A Colecção «Educação para o Futuro» é um contributo para a difícil e exaltante tarefa que é para cada um de nós Educar e Formar os de Hoje e os de Amanhã.

